



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ- FIOCRUZ

NOTA Nº 108/2012/CCC/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU

PROCESSO Nº 25380.000757/2012-49

INTERESSADO: CD/DECOM/DIRAD

ASSUNTO: Convênio. Fiocruz e Instituto Pasteur. 1º Termo Aditivo. Participação na Rede Internacional dos Institutos Pasteur. Previsão de pagamento de anuidade. Ausência de ilegalidade. Possibilidade.

À Senhora Procuradora Chefe,

1. Tratam os autos do processo de consulta formulada pela Seção de Compras Diretas, do Serviço de Administração de Compras/Dirad, acerca da possibilidade de pagamento de contribuição pela Fiocruz, na condição de "instituição correspondente", à Rede Internacional dos Institutos Pasteur por meio de inexigibilidade de licitação.
2. Os autos foram enviados, inicialmente, ao Coordenador de Licitações e Contratos desta Procuradoria, dada a sua competência, que após a devida análise descartou a possibilidade de se realizar o pagamento da contribuição por meio de inexigibilidade de licitação, justificando que o caso em questão não se trata de aquisição de bens e serviços a favor da Administração Pública, não se enquadrando, pois, nas hipóteses previstas no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.
3. Foi sugerido por àquele Coordenador o envio dos autos à esta Coordenação de Consultoria e Contencioso para análise da legalidade do pagamento em foco, haja vista constar nos autos a informação sobre a existência de um Termo de Cooperação já assinado pelo Presidente da Fiocruz e o Instituto Pasteur, prevendo inclusive a contribuição.
4. Sendo esse o breve relatório passemos ao exame da legalidade.
5. Em 20 de outubro de 2009 foi firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz e o Instituto Pasteur o Convênio Bilateral de Cooperação, fls. 08/15, com o objetivo de estabelecer a cooperação entre as Partes no campo da saúde e da pesquisa biomédica, biotecnológica e áreas afins.
6. Referido convênio sofreu um aditamento em 11 de outubro de 2011 – 1º termo aditivo, fls. 06/07. O aditivo em questão teve por finalidade a alteração da composição do Comitê de Coordenação prevista no artigo terceiro do convênio e a inserção no artigo sexto de novo item – item 4 – prevendo contribuição anual da Fiocruz ao Instituto Pasteur como forma de apoio às atividades da Rede Internacional dos Institutos Pasteur, da qual a Fiocruz é "instituição correspondente".



Continuação da NOTA Nº 108/2012/CCC/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU

7. Há de se destacar, conforme consta na justificativa, que a referida Rede oferece benefícios aos seus participantes, benefícios esses que possibilitam sobremaneira o cumprimento da missão institucional desta fundação, quais sejam: a constituição de uma rede científica; grandes orientações da pesquisa biomédica mundial; realização de projetos de pesquisa comuns; aumento da visibilidade mundial.

8. No que diz respeito à contribuição anual que a Fiocruz pretende repassar ao Instituto, anoto que o referido repasse não se encaixa na vedação expressa no Decreto nº 99.509/90 e, tampouco, naquela presente nas Leis de Diretrizes Orçamentárias a partir de 1990, sendo a última prevista no art. 20, inciso VII da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, haja vista que o Instituto Pasteur não possui natureza jurídica de clubes e associações de agentes públicos ou outras sociedades civis, de caráter social ou esportivo, no que consistem tais vedações, ao contrário, trata-se o referido instituto de uma fundação francesa privada, sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa científica de doenças infecciosas, reconhecida, internacionalmente, pelo desenvolvimento de ações relevantes na área de saúde.

9. O respaldo legal para o repasse da referida contribuição encontra-se no artigo 12, inciso XIX da lei nº 12.465/2011 – LDO, ou seja, enquadra-se como dotação destinada às contribuições e anuidades a organismos e entidades internacionais.

10. Não obstante inexistir vedação legal, conforme mencionado acima, destaca-se aqui o fato de ser absolutamente necessário que haja previsão no orçamento da Instituição a cada exercício financeiro.

11. Tal exigência decorre do entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 95/1993 – 1ª Câmara e Acórdão nº 7506/2010 – 2ª Câmara, os quais seguem abaixo transcritos, em parte:

Acórdão 95/1993 – Primeira Câmara – TC-324.013/92-2. RECURSO. Recurso de Reconsideração que interpõe o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, contra a recomendação proferida na Sessão de 17.11.92 (Ata nº 41/92 - 1ª Câmara), no processo de prestação de contas, de 1991, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Acórdão

(...)

b) alertar a Universidade Federal do Espírito Santo de que a transferência de recursos, a título de pagamento de contribuição ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, está adstrita a previsão no orçamento da Instituição, a cada exercício financeiro, conforme a legislação em vigor.

ACÓRDÃO Nº 7506/2010 – TCU – 2ª Câmara – TC 015.826/2005-8

(...)

9. Acórdão:

(...)

9.6.1 abstenha-se de efetuar despesas a título de anuidade à Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) ou congênere, sem que haja a previsão específica no orçamento da Instituição, a cada exercício financeiro, conforme a legislação em vigor;



Continuação da NOTA Nº 108/2012/CCC/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU

12. Pelo exposto acima, não há nenhum impedimento legal, desde que haja previsão no orçamento da Fiocruz a cada exercício financeiro, no pagamento da contribuição anual no valor de 10.000 € ao Instituto Pasteur relativa à participação da Fiocruz na Rede Internacional dos Institutos Pasteur, sendo absolutamente desnecessário o envio dos autos a esta PF para novo pronunciamento a cada ano quando do pagamento da referida contribuição.

13. Restituam-se os presentes autos à Seção de Compras Diretas/DECOM/DIRAD, para ciência e providências.

À consideração superior.


Rio de Janeiro, 04 de maio de 2012.


Marcos Alencar Martins Friaça
Coordenador de Consultoria/PF/FIOCRUZ
SIAPE 877472

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2012.

I – De acordo com a Nota nº 108/2012/CCC/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU.

II – Restituam-se os autos à Seção de Compras Diretas/DECOM/DIRAD.


Deolinda Vieira Costa
Procuradora Chefe – FIOCRUZ
SIAPE 1069487